

Reabre-se o combate P-5

A partir de hoje, quando estarão prontos os seus pareceres com propostas de solução para os temas de conflito na Constituinte, o grupo interpartidário já chamado de "comissão do consenso" começará a sofrer combate direto, a partir de três frentes: a das cúpulas partidárias sintonizadas com o Planalto, a dos conservadores de todos os matizes e a de alguns poderosos meios de comunicação.

Os conservadores, aí compreendidos desde os adeptos de reforminhas tênues até o que há de retrógrado mesmo, prosperaram mais do que os entendimentos entre Ulysses Guimarães e Marco Maciel, para dar combate às intenções de consenso do grupo interpartidário. Os presidentes do PMDB e do PFL parecem ter marcado desencontros em Brasília e no Rio, cada qual estando em uma destas cidades, na semana passada, quando o outro não estava.

Aglomerados em dois grupos mais definidos, os conservadores só admitem a adesão a fórmulas conciliatórias, em torno dos pontos conflitantes na Constituinte, se obtiverem concessões que lhes pareçam muito vantajosas ou, o que não acreditam, se em face da perspectiva de derrota na Comissão de Sistematização e no plenário. A chamada "comissão Richa", por exemplo, contrapõe à "comissão do consenso" um trabalho, já em vias de conclusão, que se configura como a antiproposta de consenso.

Em cima do anteprojeto originário da Comissão de Sistematização e a pretexto de racionalizá-lo, a "comissão Richa" tratou, na verdade, de excluir dele as propostas repelidas pelos conservadores ou não formuladas de maneira que lhes soe satisfatórias. Com isso, quando a "comissão do consenso" apresentar suas sugestões conciliatórias para aqueles pontos, o provável é que a discussão com os conservadores tenha que começar do zero.

Os relatórios que os integrantes do grupo interparlamentar apresentarão, em encontro hoje, não compõem ainda sua proposta à Comissão de Sistematização. No correr da semana, os relatórios serão avaliados pelo

grupo e só então elaborado o texto definitivo, com data de conclusão prevista para o dia 11. Mas desde hoje estarão oferecendo matéria-prima aos setores dos meios de comunicação que, aliados aos conservadores, já se opõem à "comissão do consenso" antes de conhecer-lhe as sugestões. Basta dizer, sobre estes setores, que o manifesto do "Centro Democrático" —denominação mascarante do conservadorismo incrustado no PMDB— foi elaborado pelo editor de política de um grande jornal. Ainda bem que os relatórios serão matéria-prima para os engajados e, forçosamente, também para os independentes: na área política baixou um marasmo danado.

Salários pagadores

Mesmo com sua decisão de adiar o aumento do Imposto de Renda na fonte, para aplicá-lo quando os salários voltem a ser revistos, o ministro Bresser Pereira não escapa de fortalecer os descrentes na tal recuperação salarial que, segundo sua promessa, já se acentuaria neste mês. O aumento do IR na fonte será mais um naco retirado aos salários e mais os distanciará da reposição de suas perdas.

O outro aspecto deste aumento é o mesmismo das soluções ditas técnicas. O IR na fonte foi reduzido porque sua devolução onerava inflacionariamente a guitarra governamental. Como a arrecadação de impostos está 15% abaixo do previsto ou do necessário, o IR na fonte volta a atacar, na condição de solução ilusória agora e problema certo ali adiante. Considerando-se que 81% da renda tributável são constituídos pelos salários e só o restante por renda propriamente dita, já se vê quem vai mesmo recompor os cofres governamentais.

Mas a própria Fazenda calcula que a arrecadação está 25% aquém do possível, por sonegação e, pois, por falta de fiscalização. Como os salários estão aí ao alcance fácil, a conquista daqueles 25%, pelo aprimoramento da fiscalização, fica para ocorrer em quatro anos. Se ocorrer.